



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O FUNCIONAMENTO DA IDEOLOGIA DA TUTELA NO DISCURSO DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

Gerencie Ribeiro de Oliveira Cortes⁶⁶
(UESB)

Margareth Correia Fagundes Costa⁶⁷
(UESB)

RESUMO

O artigo analisa o discurso dos programas de alfabetização de adultos no Brasil, à luz dos pressupostos da análise do discurso de filiação pecheuxiana, em diálogo com estudos da área de educação e ciências sociais. O *corpus* é constituído de um recorte de documentos oficiais de três programas institucionais para a alfabetização de adultos: MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, PAS – Programa de Alfabetização Solidária e PBA – Programa Brasil Alfabetizado. A análise mostra que a inclusão social oferecida no discurso inscrito nesses programas é apenas um efeito de sentido produzido pela ilusão da transparência da linguagem, pois a suposta alfabetização prometida se funda na superficialidade dos processos da leitura e da escrita, mas não conduz o discente adulto ao processo de letramento. O discurso desses programas funciona sob a ideologia da tutela, que considera o sujeito educando como “incapaz” e “doente social”, carente da suposta cura oferecida pelas classes dominantes. Sendo assim, a inclusão social prometida é um posicionamento ideológico, que contribui para sedimentar ainda mais uma realidade instituída historicamente no país, que é divisão social do trabalho da leitura de arquivos.

PALAVRAS-CHAVE: Programas de Alfabetização de Adultos. Análise do discurso. Tutela.

⁶⁶ Doutora em Linguística pela UFPE; Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem – DCHEL/UESB. cortesgr@gmail.com.

⁶⁷ Mestre em Linguística pela UFPE; Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem – DCHEL/UESB. margarethfagundesfagundes@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Neste artigo buscamos analisar o discurso dos programas de alfabetização de adultos no Brasil, à luz dos pressupostos da análise do discurso de filiação pecheuxtiana, em diálogo com estudos da área de educação e ciências sociais. O *corpus* é constituído de um recorte de documentos oficiais de três programas institucionais voltados para a alfabetização de adultos: MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), PAS (Programa de Alfabetização Solidária) e PBA (Programa Brasil Alfabetizado).

Nosso objetivo, nesta abordagem, é desconstruir os efeitos de sentidos produzidos no discurso dos programas oficiais de alfabetização de adultos instituídos no país, ao longo da história, a exemplo do efeito de sentido de **inclusão social** prometida em tais programas, um efeito ideológico, produzido pela ilusão da transparência da linguagem.

Antes, porém, de mostrar a análise, necessário se faz situar a posição teórica que assumimos neste estudo, como também situar historicamente a questão da alfabetização de adultos no país.

SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso (AD) fundada por Pêcheux (1969, 1975) constitui-se em uma nova forma de ler as materialidades. Busca estabelecer as relações, conjunções, dissociações, entre as materialidades, visando reconstruir o espaço da memória de um corpo sócio-histórico de traços discursivos (PÊCHEUX, 2010). O sujeito, interpelado ideologicamente, afetado pela história e pelo inconsciente, se inscreve na língua, sendo esta constituída da falha, do equívoco. A relação entre a ideologia e a língua afeta a constituição do sujeito e do sentido, que se constituem mutuamente, o que conduz ao entendimento do discurso como efeito de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX, 2009).

A interpelação dos indivíduos em sujeitos se dá por meio das formações discursivas “que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são



correspondentes” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). A formação discursiva (FD) é conceituada pelo autor como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (*op. cit.*, p. 147, grifos do autor). O sujeito já inscrito em um lugar social, se identifica com os saberes de uma dada FD, mas pode também movimentar-se de uma FD para outra e assumir posições diferenciadas no interior de uma mesma FD (COURTINE, 2009).

Assim, o *corpus* deste estudo será analisado a partir das relações estabelecidas com a exterioridade, pois há sempre um *já dito* inscrito na história e na memória que ressoa e é reinscrito no discurso, instituindo distintos efeitos de sentidos.

Iniciaremos esse percurso situando, historicamente, a questão da educação e alfabetização de adultos no Brasil.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil delimita seu lugar na história da educação brasileira, a partir da década de 30. Em 1947, é lançada a Campanha de Educação de Adultos, que visava a alfabetização em três meses, mas, devido aos métodos inadequados, entre outros fatores, a Campanha revela-se deficiente e infrutífera (BRASIL, 1997).

No início da década de 60, a EJA começa a ser repensada à luz do pensamento de Paulo Freire, cujo paradigma pedagógico pensava as práticas educacionais nas suas relações com a problemática social, de modo que o processo educativo interferisse na estrutura social, que, por sua vez, produzia o analfabetismo. Em janeiro de 1964, aprovou-se o Plano Nacional de Alfabetização, orientado pela proposta de Freire, sendo o processo interrompido, meses depois pelo Golpe Militar, que lançou o MOBRAF – Movimento Brasileiro de Alfabetização, em 1967, cujo controle era assumido pelo próprio governo.



O MOBRAL: ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR

O MOBRAL nasceu em plena ditadura militar e é fruto das políticas centralizadoras do governo, cuja finalidade aparente era erradicar o analfabetismo do Brasil num espaço curto de tempo. Implementado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o programa trazia em seu bojo a crença de que os aspectos técnicos de acesso às habilidades de ler e escrever, por si só, eram suficientes para o sujeito integrar-se à sociedade. O foco do trabalho de alfabetização centrava-se na codificação e decodificação de palavras já sugeridas nas cartilhas, o que corresponde hoje ao que Street (2006) denomina letramento autônomo – desvinculado da realidade sócio-histórica dos sujeitos envolvidos.

Destituído de sentido crítico e problematizador, o MOBRAL foi bastante criticado pela visão tecnocrata e simplista da leitura e da escrita, e, para além, não trazia uma visão humanizadora da sociedade, sendo extinto em 1985 e substituído pela Fundação Educar.

PAS - PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA

O Programa Alfabetização Solidária (PAS) foi implantado em 1997, no período governamental do presidente Fernando Henrique Cardoso; caracteriza-se pela ação em parceria com os poderes públicos federal, municipal, pessoas físicas, empresas. Tem como metodologia, o trabalho em módulos que duram seis meses.

Em 1998, o PAS passou a ser denominado Alfabetização Solidária (AlfaSol) - uma Organização Não Governamental que continua atuando na alfabetização de jovens e adultos. No entanto, é possível observar aspectos que fragilizam o programa e que geraram inquietação: a terceirização do ensino; não valorização da experiência, uma vez que, por questões da não criação de vínculos empregatícios, o alfabetizador só pode atuar em um módulo; problemas de logísticas, fatores que influenciam a qualidade do trabalho, visto, muitas vezes, como “filantropia” do governo e dos parceiros com os “desprotegidos”, “necessitados”.



PBA - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

Em 2003 foi implantado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com documento oficial, o programa assume a proposta de erradicar o analfabetismo no Brasil e gerar a inclusão social. Sob a responsabilidade da Secretaria Extraordinária Nacional de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), o programa conta com a participação do governo, empresas, ONGs, e outras organizações da sociedade civil, com metodologia similar à desenvolvida pela AlfaSol.

O PBA se encontra no seu 12º ano, porém não atinge as metas previstas; uma das dificuldades encontradas diz respeito à alfabetização dos educandos nos oito meses previstos (o tempo de aprender não é igual para todos); a manutenção do público atendido, bem como a continuidade desse grupo nos estudos, o que gera a precariedade da qualidade da alfabetização que não alcança níveis elevados em termos de domínio da leitura e escrita e seus usos na sociedade.

O FUNCIONAMENTO DA IDEOLOGIA DA TUTELA NOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

Está claro que os programas de alfabetização de adultos instituídos no país se apresentam como uma solução para promover desenvolvimento e inclusão social. Nesse discurso, os sujeitos analfabetos são vistos como “incapazes”, que necessitam da doação de um saber daqueles que se julgam mais sábios. É assim que se caracteriza a *educação bancária* denunciada por Freire (1987):

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma *doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber*. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a *absolutização da ignorância*, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 1987, p. 33, grifos nossos).



É, pois, sob a visão bancária da educação que funciona o discurso dos programas de alfabetização de adultos, que imputa ao sujeito analfabeto a culpa pelo subdesenvolvimento do país. Paulo Freire denuncia essa ideologia da incapacidade e da culpa do analfabeto, ao referir-se aos agentes da “educação opressora”:

Vêm-se, a si mesmos, como os promotores do povo. Os programas da sua ação, como qualquer bom teórico da ação opressora indicaria, involucram as suas finalidades, as suas convicções, os seus anseios. Não há que ouvir o povo para nada, pois que, incapaz e inculto, precisa ser educado por eles para sair da indolência que provoca o subdesenvolvimento (FREIRE, 1987, p. 88, grifo nosso)

Na ordem discursiva dos programas mencionados funciona um duplo imaginário: o sábio “promotor do povo”, por um lado, e o do analfabeto, como “incapaz e inculto”, por outro. Esse duplo imaginário determina a constituição e funcionamento das campanhas massivas sobre alfabetização de adultos aqui destacadas.

Do texto da lei nº 5.379⁶⁸, de 15/12/1967, vigente no período da ditadura militar, destacamos um dos objetivos do MOBREAL, a saber, **a promoção da:**

Alfabetização **funcional** e educação continuada para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de **cursos especiais, básicos e diretos**, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com a duração prevista de **nove meses**. Será assegurada assistência técnica e financeira para a ministração desses cursos (Brasil, Senado Federal online 2012, grifo nosso).

O texto do MOBREAL (e movimentos similares) busca ocultar as desigualdades sociais e apresenta-se como a suposta **solução** para o analfabetismo, considerado uma doença social. Surgem fórmulas milagrosas para uma alfabetização *funcional*: “ **cursos especiais, básicos e diretos**”, rápidos (**9 meses**) e baratos!!!. Tal fato aponta para um esvaziamento ideológico da seriedade da questão do analfabetismo, fruto e, ao mesmo tempo instrumento de uma dominação histórica, que é ocultada pelo mecanismo do “faz

⁶⁸ A lei 5.379, de 15/12/1967, que institui o MOBREAL, traz como epígrafe: “ *Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos.* ”

de conta”, da caricatura de educação, e não poderíamos esperar outra coisa de um contexto histórico de ditadura militar.

Entretanto, em outro contexto da história brasileira – o da Nova República⁶⁹, institui-se o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), cujo *slogan* não é menos perverso: “Debite um analfabeto por R\$17,00 no seu cartão”⁷⁰. Nesse discurso, o analfabeto se transforma em uma mercadoria pobre e, dessa maneira, pode ser adotado pelo preço de *dezessete reais* mensais.

A AlfaSol, ONG que deu continuidade ao PAS, manteve a campanha publicitária com um novo *slogan*: “**Adote um aluno**”, ou seja, adote um analfabeto por R\$30,00, conforme mostra a figura abaixo:



Figura 1 – ALFASOL⁷¹ - campanha “adote um aluno”.

⁶⁹ A Nova República compreende o período da História Brasileira que vai de 1985 até os dias atuais.

⁷⁰ Boletim de Alfabetização Solidária, n. 1, 1997.

⁷¹ Disponível em: <http://www.alfasol.org.br/site/home.asp>. Acesso em 01/05/2015.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Desse modo, o Estado procura eximir-se de suas responsabilidades na adoção de políticas públicas para a educação, ao inserir instituições privadas na esfera educacional. A AlfaSol, ONG responsável pela execução do programa de alfabetização, tem por principal financiador o poder público, conforme aponta o estudo de Peroni (2006):

Além do FNDE, a Alfasol também recebeu financiamento do Tesouro Nacional e do Fundo de Combate e de Erradicação da Pobreza. Se, por um lado, o governo federal financia, por outro, os governos estaduais “parceiros” também deverão fazê-lo, se quiserem a execução dos serviços nos seus municípios. O financiamento permanece público, ou por meio do repasse direto, ou pela renúncia de impostos das empresas que fazem doações à ONG. No entanto, a responsabilidade pela execução, gerenciamento e tomada de decisão é da iniciativa privada, levada a efeito por pessoas “sócias” da ONG (artigo 10 do estatuto), e não por instituições públicas, que deveriam ser as responsáveis pelas políticas educacionais (PERONI, 2006, p.5).

Assim, em tempos de Nova República, o que vemos é a continuidade do descaso do poder público para com a educação. Ademais, o *já dito* inscrito lá no MOBREAL – da alfabetização “de baixo custo” e executada de forma “rápida” – também se inscreve aqui no discurso do PAS e AlfaSol, que promete ser um modelo de alfabetização “simples, inovador e de baixo custo” (AlfaSol 2015, online). O site da ONG traz as seguintes informações:

A duração é de seis meses, sendo um mês para a capacitação dos alfabetizadores, e os outros cinco para aulas de alfabetização. O custo de um aluno é de apenas R\$ 30,00 mensais pelo período de 12 meses. Esse valor é dividido entre os parceiros e é aplicado em material didático, pedagógico e formação de bibliotecas, bem como serve para o pagamento da bolsa do alfabetizador. (AlfaSol, 2014, on-line).

Obviamente, não se pode vislumbrar seriedade com a educação em programas como esses. Ou seja, quase ou nada mudou em relação ao MOBREAL. A inclusão social propagada no site e na mídia é somente uma evidência ideológica. No site da AlfaSol, que recebe financiamentos dos cofres públicos, encontramos muita publicidade dos prêmios recebidos pelos supostos serviços prestados à sociedade: **“RECONHECIMENTO DA**



UNESCO - Os resultados positivos do trabalho da **AlfaSol** são reconhecidos nacional e internacionalmente. Em 2005 a **AlfaSol** foi a primeira organização não-governamental brasileira a estabelecer relações formais com a Unesco” (AlfaSol, 2015, *online*, grifos do original).

Entretanto, isso não passa de uma manobra para escamotear a falta de seriedade com a qual se trata a educação no país. Não se pratica educação de qualidade em tais condições: alfabetização realizada em cinco meses, com um custo baixíssimo (R\$30,00/mês), realizada por voluntários, frequentemente sem a devida qualificação, sem garantias de continuidade. Logo, o discurso que circula no PAS/AlfaSol e programas similares, evidencia-se como um bem, um alto serviço prestado à sociedade, mas não institui a inclusão social prometida.

O **PBA - Programa Brasil Alfabetizado** se propõe a superar o caráter de “campanha” de alfabetização de adultos e funcionar como uma política pública de educação continuada:

O Programa Brasil Alfabetizado se apresenta como uma política pública que, por ser contínua, visa à continuidade dos estudos dos recém-alfabetizados. Nesse sentido, supera o caráter de campanha comumente associado às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos, adotando uma visão clara de política pública integrada ao esforço educacional do País (BRASIL, *online* 2011, p. 7).

Todavia, os avanços prometidos não se concretizaram na prática. Segundo Rummer e Ventura (2007), o PBA apresentava muitas semelhanças com os programas anteriores, implantados no país nas últimas seis décadas:

Em sua primeira fase, eram evidentes muitas semelhanças com o que o precedeu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Programa Alfabetização Solidária (PAS)⁷. O lançamento, em 2003, do programa Brasil Alfabetizado, com a apresentação de uma proposta nos moldes de campanha, desvinculada da educação básica, não superando o viés das ações anteriores, deixou os educadores progressistas perplexos pela recorrência do equívoco. Questionava-se, desde o início, seu caráter de campanha, as bases de sua concepção, análogas às de tantas iniciativas fracassadas já implementadas em outros períodos



históricos – como o MOBREAL e o PAS – e a desconsideração de amplo conjunto de trabalhos que evidenciam as fragilidades e limites de tais (RUMMER e VENTURA, 2007, p. 35).

Não há, portanto, um diferencial significativo entre o **PBA** e os demais programas instituídos anteriormente, no que se refere à qualidade investida na educação. Ademais, o PBA é também um dos programas executados pela AlfaSol, conforme informações contidas no site da ONG: “A AlfaSol executa programas do Brasil Alfabetizado, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), através das parcerias firmadas com estados e municípios (AlfaSol *online*, 2015, grifo nosso)”. Ou seja, a AlfaSol também recebe recursos financeiros destinados à execução do PBA, o que nos leva a questionar a seriedade do programa, como também é questionável a forma pela qual esses recursos são geridos. Concordamos com Peroni (2006), quando a autora afirma que:

Também questionável é o repasse de dinheiro público para uma instituição privada, que alega estar gerenciando um programa, embora se saiba que, historicamente, os programas sempre foram a operacionalização de políticas públicas (e não privadas). Além disso, muito dinheiro público é repassado a esse programa, como vimos, mas é grande a dificuldade de controle social (PERONI, 2006, p. 5-6).

Não há respeito do poder público para com a educação. Cria-se um efeito de *inclusão* pela evidência da linguagem, mas o que vemos é a instituição da *inclusão excludente* (KUENZER, 2005), a qual reforça a dominação e a divisão social da leitura de arquivo (PÊCHEUX[1982] 2010).

Dessa forma, a “luta contra o analfabetismo” ou **cura** das massas é um posicionamento ideológico com fins de dominação. Diz respeito à ideologia da normalidade:

Fala-se da “luta contra o analfabetismo” e caracterizam-se, às vezes, as campanhas como “batalhas contra o analfabetismo” (...). A maior parte dos documentos e declarações de governos e órgãos internacionais emprega reiteradamente, ao referir-se ao analfabetismo, expressões tais como praga, cicatriz, flagelo, enfermidade, vergonha nacional, assim como o termo erradicação, tomando-o também, analogicamente, da terminologia medicopatológica (FERREIRO, 1992, p. 56).



A ideologia da *norma* e do *normal* tem o seu funcionamento associado ao discurso médico e ao pedagógico a partir do século XIX (CANGUILHEM, 2000). Tal ideologia dá sustentação ao discurso da tutela.

Indursky (2013), ao analisar o discurso presidencial do poder vigente da ditadura militar, denuncia a **ideologia da tutela** na relação do poder vigente com o sujeito das classes trabalhadoras:

[...] “o povo é tutelado pelo sujeito do discurso. Sabe igualmente, o que o povo precisa: *o remédio ao alcance da bolsa* (M); *o mal do nosso povo é a falta de instrução* [...] Esse sujeito constrói-se como aquele que tudo sabe e, ao povo, como o que nada sabe – não podendo acenar-lhe a imagem fantasiosa da esperança vã” [...] (INDURSKY, 2013, p. 131, grifos da autora).

A história mostra, pois, o posicionamento ideológico da **tutela** funcionando, não somente no discurso político, mas também no discurso pedagógico. Nesta perspectiva, o saber, a alfabetização oferecida deve “curar” a sociedade da **patologia da ignorância**, como denuncia Freire: “Os oprimidos, como casos individuais, são **patologia da sociedade** **sã**, que precisa, por isto mesmo, ajustá-los a ela, mudando-lhes a mentalidade de homens ineptos e preguiçosos.” (FREIRE, 1987, p. 40, grifos do autor)

À posição-sujeito de **tutelador** ocupada pelos opressores, corresponde a posição-sujeito de **tutelado**, projetada ao educando analfabeto. No discurso pedagógico, historicamente, o sujeito professor era também visto como *lente* ou *legente*: “(professor) – do lat. *legente*, o que lê. Os professores antigamente, *liam* suas lições em aulas” (NASCENTES, 1955, p. 294). O que vale dizer, lia suas lições para os alunos que *não liam*. Isto nos remete à história da(s) leitura(s) e dos leitores (ORLANDI, 1988), segundo a qual, somente alguns sujeitos estavam autorizados a ler, somente alguns eram *guardiões* dos livros, dos saberes e dos arquivos, da interpretação. Para os outros, excluídos por sua incapacidade e não investidos de autoridade, restavam aceitar a leitura lida, deglutida e mastigada, em outras palavras, educação de má qualidade, sem seriedade.

Esta é a verdadeira face da alfabetização instituída pelos citados programas: o simulacro da leitura e da escrita. A inclusão social não se concretiza, as campanhas



contribuem ainda mais para sedimentar a divisão social de classes, pela clivagem entre as formas de leitura e escrita dos arquivos, que se inscreve numa relação de dominação política, como assinala Pêcheux:

[...] esta oposição, bastante suspeita em si mesma por sua evidência, recobre (mascarando essa leitura de arquivos) uma divisão social do trabalho de leitura: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo 'interpretações', constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento 'literal' dos documentos, as ditas interpretações ... (PÊCHEUX, [1982] 2010, p. 52-53).

É também **subalterna** a alfabetização oferecida nos programas mencionados neste estudo, que nega aos sujeitos educandos o direito à interpretação e promove a divisão social da leitura, ao promover uma alfabetização rebaixada, de qualidade duvidosa. Sobre esta prática enganosa, convém ressaltar o que observa Orlandi (2001):

Na ideologia da formação social como a nossa, há o "próprio", o "puro", o "valorizado", o que tem "prestígio" e **há o "aproximado", o "diferente", o "falso", "o que tem a menos", o "que imita"** etc. O saber (o conhecimento) faz um uso abusivo da terminologia para produzir o efeito de cientificidade carregando-se dessas oposições entre o "próprio" e o "aproximativo", o "original" e a "imitação", o texto do "autor" e o comentário do vulgo. E com isso, **deixa à amostra o que não é** (ORLANDI, 2001, p. 29, grifo nosso).

Eis aí o funcionamento da divisão social instituída, também denominada por Chauí (2006) como divisão entre **competentes e incompetentes**. E isto significa segregação daqueles que "carecem" da generosidade da alfabetização "doada" pelos competentes, os que buscam exercer a tutela sobre ossupostamente incapazes. Conforme Chauí, "a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem, e os incompetentes, que obedecem". (CHAUÍ, 2006, p. 77). É, pois, desta maneira que funciona a ideologia da tutela no discurso dos programas de alfabetização de adultos, busca consolidar a divisão social instituída entre os



competentes que tutelam os supostos incompetentes, ou seja, os milhares de jovens e adultos analfabetos do Brasil.

CONCLUSÕES

Buscamos mostrar, nesta análise, que a inclusão social oferecida no discurso inscrito nos programas oficiais de alfabetização de adultos – a exemplo do MOBREAL, PAS/AlfaSol e PBA – é apenas uma evidência discursiva, um efeito de sentido produzido pela ilusão da transparência da linguagem, já que a alfabetização prometida se funda na superficialidade dos processos da leitura e da escrita, mas não conduz o discente adulto à apropriação das habilidades da escrita e da leitura para participar ativamente das interlocuções sociais. Tal alfabetização não considera os aspectos históricos, sociais, culturais e ideológicos da escrita e da leitura, pois se pauta pelo modelo autônomo do letramento, que atribui ao indivíduo a culpa pela suposta incapacidade de ler, escrever e participar da construção do conhecimento científico.

Na documentação dos programas de alfabetização de adultos instituídos pelo poder público, se inscreve o discurso da tutela, segundo o qual o analfabeto adulto é construído imaginariamente como um sujeito “incapaz”, um “doente social” que necessita ser tutelado pelas classes dominantes.

Sendo assim, a inclusão social prometida é um posicionamento ideológico, uma inclusão excludente (KUENZER, 2005), que contribui para sedimentar ainda mais uma realidade instituída historicamente no país, que é divisão social do trabalho da leitura de arquivos (PÊCHEUX ([1982]2010).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. **Alfabetização Solidária**: projeto político pedagógico. São Paulo: Alfabetização Solidária, 2006.



BRASIL, online. **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado**: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores.

Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em 01/05/2015.

BRASIL, online. **Lei nº 5.379**, de 15/12/1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Senado Federal online. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117865>. Acesso em 07/03/2012.

BRASIL. Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. IN: **Educação de Jovens e Adultos**: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. Brasília: MEC, 1997.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. São Paulo: Forense Universitária, 2009, 129 p.

CHAUÍ, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009, 250 p.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. Cortez: São Paulo, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas-SP, Ed. Da Unicamp, 2013.

KLEIMAN, A.B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A.B.(Org.). **Os Significados do Letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma da dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados; Histedbr, 2005. p. 77-95.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

ORLANDI, E. P. Divulgação Científica e o Efeito Leitor: Uma Política Social Urbana. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Produção e Circulação do Conhecimento**: Estado Mídia, Sociedade. Campinas/SP: Pontes, 2001a, p. 21-30.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988. 118 p.

PÊCHEUX, M. Metáfora e Interdiscurso [1984]. In: ORLANDI, E.P. (Org.) **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. São Paulo: Pontes Editores, 2011, p. 151-161.

_____. Análise automática do discurso: (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, [1969]2010.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas : Editora da Unicamp, [1975] 2009.

_____. Ler o arquivo hoje. [1982]. In: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010, p. 49-59.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

PERONI, V. M. V. Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. **EccoS – Revista Científica**, v. 8, n. 1, p.1-16, jan./jun. 2006.

RUMMERT, S. M. e VENTURA, J.P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. In.: **Educar**, n. 29, p. 29-45. Curitiba: 2007, Editora UFPR

STREET, B. V. **Perspectivas interculturais sobre o letramento**. Filologia e linguística portuguesa. São Paulo: Humanitas, 2006.

Site consultado:

<http://www.alfasol.org.br/site/home.asp>